PROCESSO: 6842/2013

PARECER: CJ/SPPREV 376/2013

INTERESSADO: E. T. S.

ASSUNTO: DIRETORIA DE BENEFÍCIOS – SERVIDORES PÚBLICOS. SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE REQUER CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO RELATIVA AO PERÍODO DE 22/05/1985 A 16/03/2009, EM QUE OCUPOU EXCLUSIVAMENTE CARGOS EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. Até o advento da EC nº 20/1998, que por meio do § 13, do artigo 40, da *Lex Legum*, vinculou os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ao Regime Geral de Previdência Social, tais servidores vinculavam-se ao Regime Próprio de Previdência do Estado. Quanto ao período de vinculação ao RPPS, é vedada a emissão de CTC por força da proscricção aposta no artigo 12 da Portaria MPS nº 154/2008, que obedece à sistemática da compensação financeira entre regimes previdenciários contemplada no artigo 201, § 9º, da CF/88 e regulada pela Lei nº 9.796/1998. No tocante ao período de vinculação do servidor ao RGPS, por óbvio somente o INSS detém competência para emitir a CTC solicitada. Quanto a este interstício, a Administração Paulista deverá emitir mera Declaração de Tempo de Contribuição prevista no artigo 21, p. único, da Portaria MPS nº 154/2008. Incidência dos itens 3 e 4 do Comunicado GT-3, de 19 de janeiro de 2009. RECOMENDAÇÃO DE INDEFERIMENTO DO PLEITO. Divergência em relação ao disposto no Parecer CJ/SGP nº 245/2011 e à Manifestação CJ/SGP nº 35/2012. Proposta de remessa dos autos à Subprocuradoria Geral da Área da Consultoria, para avaliação da conveniência da oitiva da Procuradoria Administrativa quanto à **matéria versada**. Precedentes: Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011, Parecer PA-3 nº 220/1999, Parecer PA nº 124/2011.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica da SPPREV,

1. Cuida-se de consulta encaminhada pela Supervisão de Afastamentos, sob a chancela da Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos, com o fito de elucidar, em suma, se servidor hoje ocupante de cargo efetivo faz jus a Certidão de Tempo de Contribuição relativa ao interstício de 22/05/1985 a 16/03/2009, no qual exerceu exclusivamente cargos em comissão junto à Administração Pública Estadual.
2. Emerge dos autos que, em 30 de agosto de 2011, o Sr. E. T. S., Oficial Administrativo que exerce cargo em comissão junto à Secretaria de Gestão Pública, subscreveu requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição “para apresentação junto ao INSS para fins de aposentadoria do tempo prestado ao Estado como ocupante exclusivamente de cargo em comissão do período de 22/05/1985 a 16/03/2009” (fl. 04).
3. De acordo com informações fornecidas pelo Órgão Consulente com lastro no processo SPPREV nº 3343/2012¹, o interessado exerceu, no referido período, os seguintes cargos em comissão: Analista para Transportes, de 22/05/1985 a 24/08/1998; Assistente de Planejamento e Controle I, de 25/08/1998 a 04/09/2007; Assistente Técnico IV, de 05/09/2007 a 16/03/2009.
4. Em 17 de março de 2009, E. T. S. teria tomado posse do cargo efetivo de Oficial Administrativo, do qual foi automaticamente afastado com lastro em Despacho Normativo do Governador de 16 de março de 1977, para continuar o exercício do cargo em comissão de Assistente Técnico IV, que ocupa até os dias de hoje.
5. Também em 17 de março de 2009, ter-se-ia iniciado o vínculo do interessado com o Regime Próprio de Previdência Paulista.
6. Apreciando o requerimento em mira, a Unidade Central de Recursos Humanos elaborou a Informação UCRH nº 751/2011, em que conclui (fls. 12-14):

“[...] entendemos não haver óbice quanto ao requerido pelo interessado, visto que a Declaração de Tempo de Contribuição solicitada pelo servidor trata-se do período de 22/05/1985 a 16/03/2009, como ocupante de cargo exclusivamente em comissão, em que o mesmo se encontrava na condição de contribuinte do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, poden-

1 Autos não encaminhados a este Órgão Consultivo.

do ser aplicado aos procedimentos contidos no item 3.3 do Comunicado GT-3, de 19/01/2009.

Vale ressaltar que a vedação prevista no artigo 12 da Portaria nº 154 do Ministério da Previdência Social deve ser aplicada somente ao período em que o servidor passou a contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, quando o mesmo ingressou em cargo efetivo, a partir de 17/03/2009”.

7. Ato contínuo, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Gestão Pública emitiu o Parecer CJ/SGP nº 245/2011, da lavra da Dra. Suzana Soo Sun Lee, que acolheu os argumentos expendidos pela UCRH e opinou pela possibilidade de emissão de Declaração de Tempo de Contribuição relativa ao período de 22/05/1985 a 16/03/2009, em que o interessado estaria vinculado exclusivamente ao Regime Geral de Previdência Social (fls. 15-20).
8. Diante disso, o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública elaborou as Certidões de Tempo de Contribuição concernentes ao período de maio de 1985 a dezembro de 1998, em que o interessado exerceu exclusivamente cargos em comissão (fls. 32-35).
9. Contudo, a São Paulo Previdência, firme na regra posta no artigo 12 da Portaria MPS nº 154/2008, negou-se a homologar as indigitadas certidões, o que ensejou nova manifestação da Unidade Central de Recursos Humanos.
10. Com efeito, ao tomar ciência da negativa aposta pela Autarquia Previdenciária, a UCRH elaborou a Informação UCRH nº 695/2012, em que obtempera (fls. 45-49):

“[...] ratificamos o entendimento de que não há impedimento legal da homologação pela São Paulo Previdência – SPPREV da Certidão de Tempo de Contribuição relativa ao período de 22/05/1985 a 16/03/2009, tendo em vista que esse tempo foi prestado ao Estado na condição de servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão, à época, contribuinte do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Entretanto, tendo em vista que o entendimento da São Paulo Previdência – SPPREV diverge do entendimento desta Secretaria de Gestão Pública, somos pelo encaminhamento do presente à Consultoria Jurídica desta Pasta”.
11. Em nova apreciação do caso, a Consultoria Jurídica da Secretaria de Gestão Pública apresentou a Manifestação nº 35/2012, em que reiterou integralmente a opinião lançada no Parecer CJ/SGP nº 245/2011, e recomendou a oitiva da Consultoria Jurídica da São Paulo Previdência quanto à matéria em exame (fls. 50-53).

12. De posse do processo que veiculava o indigitado requerimento de CTC, a Supervisão de Afastamentos optou por formar o expediente sob exame, a que anexou os seguintes documentos: (i) cópias dos discriminativos do salário de contribuição para cálculo do benefício previdenciário, referentes ao período compreendido entre março de 1995 e dezembro de 1998, em que o interessado exerceu os cargos de Analista para Transportes e Assistente de Planejamento e Controle I (fls. 05-06); (ii) cópias dos atos de nomeação e exoneração de E. T. S., relativos aos cargos de Analista para Transportes e de Assistente de Planejamento e Controle I (fls. 07-10); (iii) cópias de atestados de frequência, concernentes ao intervalo de maio de 1985 a dezembro de 1998, em que o interessado ocupou os dois cargos em comissão mencionados (fls. 21-31); (iv) cópia do extrato financeiro referente aos valores percebidos pelo servidor no ano de 1995, emitido pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado (fls. 38-40); (v) cópia da informação nº 01496/DSD-01, exarada pela 1ª Divisão Seccional de Despesa de Pessoal, segundo a qual “não existe”, no sistema do DDPE, extrato financeiro e discriminativo do salário de contribuição para cálculo do benefício previdenciário do período de 07/1994 a 02/1995, “referente ao PV-1” (fls. 41-44); (vi) extrato processual colhido em 14 de dezembro de 2012, relativo ao mandado de segurança impetrado por E. T. S. em face do Sr. Diretor-Presidente da São Paulo Previdência, com o fito de afastar ofensa a alegado direito líquido e certo à homologação da Certidão de Tempo de Contribuição *in casu* (fls. 59-60); (vii) cópia do Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011, da lavra da Dra. Luciana Monteiro Claudiano, no qual é afirmada a impossibilidade de homologação de Certidão de Tempo de Contribuição requerida por servidor ativo, ainda que concernente a vínculo anterior com o Regime Próprio de Previdência Paulista (fls. 62-72).

Nesse contexto, a Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos optou por encaminhar os presentes autos a esta Consultoria Jurídica, para resposta às seguintes indagações (fls. 73-74):

1 – Qual a forma correta de se considerar a vinculação do interessado durante o período compreendido na Certidão de Tempo de Contribuição? Deve ser considerado que ele esteve sempre vinculado ao RGPS por exercer cargo exclusivamente em comissão ou deve-se considerar que ele esteve vinculado ao RPPS de 22/05/1985 a 31/12/1998 e que posteriormente a essa data passou a ser vinculado ao RGPS?

2 – Devem ser homologadas pela São Paulo Previdência as Certidões de Tempo de Contribuição do Sr. E. T. S., que englobam o período de 22/05/1985 a 31/12/1998?

3 – A Certidão de Tempo de Contribuição e o respectivo Anexo II devem ser homologados, mesmo sem estarem informados os valores de julho/1994 a fevereiro/1995 no Anexo II? Como essa questão deve ser solucionada?

4 – Solicitamos que seja feito um comparativo entre a situação descrita no presente caso e a analisada no Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011, a fim de facilitar a compreensão das situações em que se deve ou não homologar as Certidões de Tempo de Contribuição.

14. Aportando o expediente neste Órgão Consultivo, foi a mim distribuído para análise e parecer (fl. 75).
15. Anoto que o transcurso de mais de 20 dias para apresentação da presente peça justifica-se pelo excesso de serviços nesta Consultoria Jurídica, principalmente em virtude do alto número de mandados de segurança e procedimentos de invalidação que têm aqui aportado para as providências pertinentes.
16. Destaco, outrossim, que extrato processual e cópia de sentença recentemente colhidos do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça (anexos) revelam que a ordem pleiteada no mandado de segurança impetrado pelo servidor foi denegada por decisão desafiada por apelação ainda pendente de julgamento.

É o relatório. Opino.

17. Consoante referido, por meio da consulta em tela, pretende-se esclarecer se o Sr. E. T. S., servidor público ocupante de cargo efetivo, faz jus a Certidão de Tempo de Contribuição concernente ao período de 22 de maio de 1985 a 16 de março de 2009, em que ocupou exclusivamente cargo em comissão na Administração Paulista.
18. De proêmio, afigura-se indispensável considerar que, por força da Emenda Constitucional nº 20/1998, no período em mira, no âmbito do Estado de São Paulo, os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão vivenciaram vinculação com dois regimes previdenciários.
19. A valer, é sabido que, até o advento da indigitada Reforma Previdenciária, tais servidores, regidos pela Lei Complementar nº 180/1978, mantinham elo com o Regime Próprio de Previdência Paulista.
20. Contudo, a Emenda Constitucional nº 20/1998 alterou drasticamente tal situação, conduzindo todos os ocupantes, exclusivamente de cargos em comissão, ao Regime Geral de Previdência Social. Eis o que consta de dispositivo incluído pelo Constituinte Reformador no artigo 40 da *Lex Legum*:

§ 13 – Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

21. Do Parecer PA-3 nº 220/1999², o qual analisou situação vivenciada por servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que estava prestes a adquirir o direito à aposentadoria quando do advento da EC nº 20/1998, colhe-se excerto que bem ilustra a mudança perpetrada por tal norma:

A interessada completou 70 (setenta) anos em 07.07.1999. Nos termos do art. 227 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, ela preencheu os requisitos para a sua aposentadoria compulsória, que deveria ser paga pelo Estado, pois era titular de cargo em comissão, contava com mais de 15 anos de exercício ininterrupto no cargo e completou a idade máxima para permanência em serviço.

Ocorre que, com a edição da Emenda Constitucional nº 20/98, a partir de 16.12.98, data da entrada em vigência da Emenda, o sistema de previdência social restou modificado, atingindo a situação da interessada. Por força da nova redação do artigo 40 da Constituição Federal, ficou estabelecido, no seu § 13, que os ocupantes exclusivamente de cargo em comissão passaram automaticamente a estar incluídos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Esses servidores deixaram, portanto, de submeter-se ao regime especial de aposentadoria. (destaquei).

22. Esta migração, do Regime Próprio de Previdência Paulista para o Regime Geral de Previdência Social, decerto reflete decisivamente na contagem do tempo de contribuição dos servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, que não deverá ser materializada de igual maneira para os dois períodos.
23. Deveras, *enquanto o interstício em que tais servidores estiveram ligados ao RPPS deve ser objeto de CTC a ser emitida e homologada pela Administração Paulista, o tempo em que mantiveram liame com o RGPS deve ser objeto de CTC produzida pelo INSS.* Nesse sentido, a Portaria nº 154/2008 do Ministério da Previdência Social, que disciplina a emissão de Certidões de Tempo de Contribuição pelos regimes próprios de previdência:

2 Parecerista Dr. Carlos Ari Sundfeld.

Art. 2º *O tempo de contribuição para Regime Próprio de Previdência Social – RPPS deverá ser provado com CTC fornecida pela unidade gestora do RPPS ou, excepcionalmente, pelo órgão de origem do servidor, desde que devidamente homologada pela respectiva unidade gestora do RPPS.*

§ 1º O ente federativo expedirá a CTC mediante requerimento formal do interessado, no qual esclarecerá o fim e a razão do pedido.

§ 2º Até que seja instituído sistema integrado de dados que permita a emissão eletrônica de CTC pelos RPPS, a certidão deverá ser datilografada ou digitada e conterá numeração única no ente federativo emissor, não podendo conter espaços em branco, emendas, rasuras ou entrelinhas que não estejam ressalvadas antes do seu desfecho.

Art. 3º *O tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS deverá ser comprovado com CTC fornecida pelo setor competente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. (destaquei).*

24. Especificamente quanto à situação dos servidores hoje ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, a Portaria nº 154/2008 do Ministério da Previdência Social preleciona:

Art. 21. *Os entes federativos fornecerão ao servidor detentor exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração, e ao servidor titular de cargo, emprego ou função amparado pelo RGPS, documento comprobatório do vínculo funcional, para fins de concessão de benefícios ou para emissão de CTC pelo RGPS, sem prejuízo da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.*

Parágrafo único. *Para os fins deste artigo, o ente federativo deverá fornecer, também, Declaração de Tempo de Contribuição na forma do formulário constante no Anexo III.*

25. Em observância às normas supratranscritas, o *Comunicado GT-3, de 19 de janeiro de 2009*, disciplinou a matéria sob exame nos seguintes termos:

3. *Ao servidor detentor exclusivamente de cargo de livre nomeação e exoneração, os órgãos de recursos humanos deverão:*

3.1. *Para períodos até dezembro de 1998, proceder na mesma conformidade explicitada nas alíneas do item 23 deste Comunicado.*

3 2. Em atendimento ao disposto na Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008, do Ministério da Previdência Social, que disciplina procedimentos sobre a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC pelos regimes próprios de previdência social, os órgãos de recursos humanos só poderão emitir a referida certidão

3.2. *Para períodos a partir do mês de janeiro de 1999:*

a) *emitir declaração nos termos do Anexo III da Portaria nº 154, de 15 de maio de 2008;*

b) *juntar cópia da(s) portaria(s) de nomeação/exoneração, para fins de comprovação junto ao INSS das informações prestadas nos campos relativos aos dados funcionais do servidor.*

3.3. *Ao servidor detentor exclusivamente de cargo em comissão em que o período compreenda as duas situações previstas nos itens 3.1 e 3.2, necessário atender às exigências contidas nos dois itens. (destaquei).*

26. Em suma: (i) *com relação ao período anterior à Reforma Previdenciária, em que os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão vinculavam-se ao RPPS, deverá a Administração Paulista emitir CTC nos moldes previstos na Portaria MPS nº 154/2008, a ser homologada pela SPPREV;* (ii) *no tocante ao período posterior ao advento da EC nº 20/1998, em que estabelecido elo entre tais servidores e o RGPS, caberá somente a este a emissão de CTC. Neste caso, a Administração limitar-se-á a fornecer “documento comprobatório do vínculo funcional”, “cópia da(s) portaria(s) de nomeação/exoneração” e “Declaração de Tempo de Contribuição constante no Anexo III” da indigitada portaria.*
27. *Todavia, não se pode perder de vista que o caso vertente apresenta uma peculiaridade que impede a emissão de CTC em prol do interessado mesmo quanto ao período em que esteve vinculado ao RPPS: o requerente é ocupante de cargo efetivo na Administração Bandeirante, com vínculo ativo no RPPS.*
28. *Para o adequado entendimento do ponto, vale lembrar que a Certidão de Tempo de Contribuição é o instrumento que permite a compensação financeira entre os Regimes Próprios de Previdência e o Regime Geral, viabilizando o mecanismo de contagem recíproca previsto no artigo 201,*

para ex-servidor, devendo proceder na seguinte conformidade: a) solicitar à Secretaria da Fazenda, quando for o caso, por meio do formulário Modelo 25, o informativo dos valores que serviram de base para as contribuições previdenciárias, caso o período a ser certificado seja a partir ou posterior à competência julho de 1994; b) emitir a Certidão de Tempo de Contribuição de acordo com os documentos constantes nos assentamentos funcionais do ex-servidor conforme o modelo “Anexo I” da referida portaria, se necessário, emitir o modelo “Anexo II”, utilizando os dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda ou pela própria entidade; c) o processo único de contagem de tempo, instruído com 2 (duas) vias da certidão (uma juntada nos autos e outra à contracapa) devidamente assinada pelo dirigente do órgão setorial de recursos humanos, deverá ser encaminhado à São Paulo Previdência – SPPREV para homologação e devida numeração; d) após a homologação pela São Paulo Previdência – SPPREV, o processo deverá retornar à origem, que providenciará o encaminhamento da certidão ao ex-servidor, juntando aos autos o comprovante da entrega.

§ 9º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 201. § 9º – Para efeito de aposentadoria, *assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada*, rural e urbana, hipótese em que *os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente*, segundo critérios estabelecidos em lei. (destaque e grifei).

29. Analisando o preceito, o Parecer PA nº 124/2011, da lavra da Dra. Patrícia Ester Fryszman, fornece importante lição acerca dos “pressupostos lógicos” da norma nele inserta:

16 – Ao assegurar, para fins de aposentadoria, a *contagem recíproca* do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada – estabelecendo ainda a *compensação financeira* entre os diversos regimes previdenciários –, o reproduzido § 9º do art. 201 da Carta Magna estabeleceu um sistema coerente, que tem como pressupostos lógicos, dentre outros, os seguintes:

a) de um lado, o trabalhador não pode ser privado do direito fundamental à aposentadoria quando, no decorrer de sua vida laboral, houver se filiado a mais de um regime previdenciário. É esta, aliás, a razão pela qual veio a ser assegurada a contagem recíproca.

b) de outro lado, também afrontaria o dispositivo constitucional em comento (e o princípio da isonomia) se o trabalhador que esteve filiado a mais de um sistema previdenciário desfrutasse de algum *privilégio* não concedido aos demais – o que ocorreria *se pudesse computar em duplicidade determinado tempo de contribuição*, contando em determinado regime previdenciário o tempo já utilizado para a aposentadoria em outro regime de previdência, ou computando tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

30. Ou seja: *o sistema de compensação previdenciária foi concebido com o fito de evitar prejuízos ao trabalhador que migra de um regime a outro, mas também com o claro intuito de impedir o privilégio da dupla contagem de tempo àqueles que vivenciam tal situação.*

31. Com esse claro escopo, a Lei nº 9.796/1999, que “dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria”, bem delimitou as figuras do “regime de origem” e do “regime instituidor”:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – *regime de origem: o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado* sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes;

II – *regime instituidor: o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício* de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes *com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem*.

§ 1º Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios só serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor. (destaquei e grifei)

32. A fim de evitar que o mesmo tempo de contribuição seja duplamente computado, a Lei nº 9.796/1999 estabelece que somente há de ser qualificado como “regime de origem” e, portanto, responsável por compensar financeiramente o RGPS aquele com o qual o interessado rompeu o vínculo e que, destarte, não fica (ou ficará) jungido a conceder-lhe aposentadoria.
33. De fato, permitir que o regime a que o servidor ainda se vincula seja qualificado como “de origem” e, portanto, responsável por compensar financeiramente o Regime Geral implicaria vulneração dos Regimes Próprios, sujeitos a se verem obrigados a, além de compensar o RGPS, conceder aposentadoria ao servidor ilegitimamente beneficiado pela dupla contagem do interstício.
34. Partindo de tal premissa, a já citada Portaria nº 154/2008, do Ministério da Previdência Social, ao disciplinar a emissão de certidões vocacionadas à compensação previdenciária, admite a emissão destas exclusivamente em benefício de ex-servidores. Confira-se:

Art. 12. *A CTC só poderá ser emitida para ex-servidor.*

§ 1º Na hipótese de vinculação do servidor ao RGPS por força de lei do ente federativo, poderá ser emitida a CTC relativamente ao período de vinculação ao RPPS mesmo que o servidor não esteja exonerado ou demitido do cargo efetivo na data do pedido.

§ 2º No caso de acumulação lícita de cargos efetivos no mesmo ente federativo, só poderá ser emitida CTC relativamente ao tempo de contribuição no cargo do qual o servidor se exonerou ou foi demitido.

35. O dispositivo parte do pressuposto de que, em regra, o rompimento do vínculo do indivíduo com o RPPS ocorre quando ele deixa de servir ao ente federado que, em relação a ele, adquire automaticamente a qualidade de “regime de origem”, portanto responsável por fornecer-lhe CTC. Entretanto, não desconsidera duas circunstâncias nas quais, muito embora o indivíduo persista no exercício de cargo efetivo, rompe-se o vínculo entre ele e o RPPS, que passa a ter o dever de apresentar a respectiva CTC ao servidor.
36. Na primeira hipótese, o interessado, por força de lei do ente público, deixa de se vincular ao RPPS e estabelece elo com o RGPS, doravante o responsável pela aposentadoria do servidor. Na segunda, verificada acumulação lícita de cargos efetivos, o servidor se exonerou ou foi demitido de um deles, em relação ao qual faz jus à CTC na medida em que não poderia utilizar o tempo nele despendido para a aposentadoria no âmbito do RPPS, no cargo ainda ocupado.
37. Observe-se que *nenhuma das duas exceções contempladas no artigo 12 da Portaria MPS nº 154/2008 corporificam ressalva ao sistema criado pelo artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, e desenvolvido pela Lei nº 9.796/1999. Em ambos os casos, não se vislumbra risco de dupla contagem do mesmo tempo, em privilégio do servidor.*
38. O mesmo não se verifica, contudo, nas situações nas quais o servidor, que, tendo vivenciado rompimento de vínculo com o RPPS, regressa a ele, pretende utilizar o tempo de contribuição referente ao vínculo pretérito para obter aposentadoria no RGPS. Isso o que concluiu o Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011, da lavra da Dra. Luciana Monteiro Claudiano (fls. 62-72), cuja ementa apresenta o seguinte teor:

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. SERVIDOR ATIVO. IMPOSSIBILIDADE. Considerando: (i) que se trata de servidor público titular de cargo efetivo com *vínculo* ativo com o Regime Próprio de Previdência Social; (ii) que, caso seja expedida e homologada a CTC, a SPPREV será obrigada a repassar ao INSS todos os valores recolhidos e, posteriormente, poderá ver-se obrigada a arcar com os benefícios concedidos pelo RPPS; (iii) a vedação imposta pelo artigo 12, da Portaria MPS nº 154/2008, conclui-se que não se afigura possível a homologação pela São Paulo Previdência – SPPREV da Certidão de Tempo de Contribuição requerida pelo Sr. Luiz António Moreira. INAPLICABILIDADE, *IN CASU*, DO PARÁGRAFO 1º, DO ART. 12, DA PORTARIA MPS Nº 154/2008. Precedente: Parecer CJ/SPPREV nº 207/2011.

39. De igual maneira, é inviável a emissão de CTC referente a vínculo havido com o RPPS quando em exercício de cargo em comissão em período anterior ao advento da Emenda Constitucional nº 20/1998, em favor de servidor hoje ocupante de cargo efetivo. Além de contrastar com o artigo 12 da Portaria MPS nº 154/2008, o expediente destoa do artigo 2º da Lei nº 9.796/1999, que traça a definição de “regime de origem”.
40. Seguindo essa trilha, de rigor concluir que o interessado não faz jus à CTC relativa ao período laborado em cargo exclusivamente em comissão no interstício de 1985 a 1998, e que bem agiu a SPPREV ao negar-se a homologar a indigitada certidão.
41. Em verdade, no tocante a tal período, o servidor apenas faz jus à certidão prevista no item 4, do Comunicado GT – 3, de 19 de janeiro de 2009, *in verbis*:
4. Ao servidor ativo poderá ser emitida certidão para fins previdenciários no modelo praticado pela Administração. Nesse caso, a certidão não será homologada pela São Paulo Previdência – SPPREV.
42. Assentadas tais premissas, passa-se a responder aos questionamentos apresentados pela Supervisão de Afastamentos.
43. Pois bem. A primeira indagação foi redigida nos seguintes termos:
- 1 – Qual a forma correta de se considerar a vinculação do interessado durante o período compreendido na Certidão de Tempo de Contribuição? Deve ser considerado que ele esteve sempre vinculado ao RGPS, por exercer cargo exclusivamente em comissão ou deve-se considerar que ele esteve vinculado ao RPPS de 22/05/1985 a 31/12/1998 e que posteriormente a essa data passou a ser vinculado ao RGPS?
44. Consoante referido nos itens 18 a 21 desta peça, *o servidor que ocupou cargo exclusivamente em comissão de 1985 a 2009 vinculou-se, por força de alteração perpetrada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, a dois regimes previdenciários diversos: até dezembro de 1998, manteve-lo com o RPPS e, a partir de janeiro de 1999, iniciou vinculação ao RGPS.*
45. Com a devida vênia aos entendimentos da UCRH e da Consultoria Jurídica da Secretaria de Gestão Pública, não me parece viável admitir que o interessado estaria, desde sempre, submetido ao Regime Geral de Previdência⁴.

⁴ Interessante notar que, apesar de ter sido essa a orientação dada pela UCRH e acolhida pela CJ/SGP, o Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública seguiu, ao menos quanto a esse

46. A segunda questão, a seu turno, foi assim vazada:

2 – Devem ser homologadas pela São Paulo Previdência as Certidões de Tempo de Contribuição do Sr. E. T. S., que englobam o período 22/05/1985 a 31/12/1998?

47. As Certidões de Tempo de Contribuição elaboradas pela Secretaria de Gestão Pública, concernentes ao período de 22/05/1985 a 31/12/1998, pelas razões expostas nos itens 28 a 40 deste opinativo, não merecem homologação por esta Autarquia Previdenciária.

48. Como referido adrede, a homologação de CTC requerida por servidor, exceto nas hipóteses contempladas nos parágrafos do artigo 12 da Portaria MPS nº 154/2008, afronta o sistema de compensação previdenciária estabelecido pelo artigo 201, § 9º da Constituição Federal, e regulado pela Lei nº 9.796/1999.

49. No sistema vigente, a fim de evitar dupla contagem de tempo de contribuição, não é viável a homologação de CTC por RPPS a que o interessado mantém-se vinculado. Na hipótese, cabível a aplicação do item 4 do Comunicado GT – 3, de 19/01/2009, que recomenda a emissão de mera certidão para fins previdenciários no modelo praticado pela Administração, a qual não será submetida à homologação da SPPREV.

50. Diante disso, é certo que a resposta à terceira indagação formulada pela SAF apresenta-se prejudicada. Eis o teor do questionamento:

3 – A Certidão de Tempo de Contribuição e o respectivo Anexo II devem ser homologados, mesmo sem estarem informados os valores de julho/1994 a fevereiro/1995 no Anexo II? Como essa questão deve ser solucionada?

51. A derradeira dúvida lançada pelo Órgão Consulente é a seguinte:

4 – Solicitamos que seja feito um comparativo entre a situação descrita no presente caso e a analisada no Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011, a fim de facilitar a compreensão das situações em que se deve ou não homologar as Certidões de Tempo de Contribuição.

52. Os itens 37 e 38 deste parecer revelam que a solução alvitrada no Parecer CJ/SPPREV nº 330/2011 merece, guardadas as devidas proporções, aplicação ao caso em tela.

ponto, o entendimento ora esposado e elaborou a CTC solicitada pelo servidor apenas quanto ao interstício de 1985 a 1998. Com relação ao período de 1999 a 2009, o Órgão limitou-se a fornecer ao interessado a declaração prevista no artigo 21 da Portaria MPS nº 154/2008.

53. Feitas tais considerações, diante da relevância e alcance da matéria versada, endosso a proposta formulada na Manifestação CJ/SGP nº 35/2012 e concluo propugnando pela remessa dos autos à d. Subprocuradoria Geral da Área da Consultoria, para avaliação da conveniência da oitiva da Procuradoria Administrativa no caso.

É o parecer, *sub censura*.

São Paulo, 16 de abril de 2013.

JULIANA DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

Procuradora do Estado

OAB/SP 249.114

PROCESSO: 6842/2013

INTERESSADO: EDUARDO TAMER SOBRINHO

ASSUNTO: DIRETORIA DE BENEFÍCIOS – SERVIDORES PÚBLICOS. Servidor ocupante de cargo efetivo que requer certidão de tempo de contribuição relativa ao período de 22/05/1985 a 16/03/2009, em que ocupou cargos em comissão na Administração Pública Estadual. Recomendação de indeferimento do pedido. Divergência com o Parecer CJ/SGP nº 245/2011 e a Manifestação CJ/SGP nº 35/2012.

1 - Aprovo o Parecer CJ/SPPREV nº 376/2013;

2 - Em vista da divergência com o Parecer CJ/SGP nº 245/2011 e a Manifestação CJ/SGP nº 35/2012, acolho a proposta constante do item 53 e encaminho os autos à Subprocuradora Geral do Estado – área da Consultoria Geral para aferição da proposta de análise pela Procuradoria Administrativa.

3 - Remetam-se, pois, os autos ao Ilmo. Sr. Subprocurador Geral do Estado – Área da Consultoria Geral.

São Paulo, 29 de maio de 2013.

MÁRCIA AKIKO GUSHIKEN
Procuradora do Estado Chefe da
Consultoria Jurídica da SPPREV